



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO RIO
DE JANEIRO
DIRETORIA GERAL DE GESTÃO DE
PESSOAS
**ESCOLA DE ADMINISTRAÇÃO
JUDICIÁRIA (DGPES-ESAJ)**



SIGA/DGPES/ESAJ
Nº do Certificado: SQ-12.238
Válido até 17/11/2012



IV ENCONTRO NACIONAL DE ESCOLAS DE SERVIDORES E GESTORES DE PESSOAS DO PODER JUDIÁRIO

CASO DE SUCESSO

ADEQUAÇÃO DO PROGRAMA DE
INTEGRAÇÃO FUNCIONAL À
RESOLUÇÃO 126/2011 DO CNJ

OBJETIVOS

- * Adequar o Programa de Integração Funcional (PIF), destinado a novos técnicos e analistas judiciários convocados em 2012, às diretrizes da Res.126/2011 do Conselho Nacional de Justiça (CNJ);
- * Desenvolver cursos diferenciados para as áreas fim e meio;
- * Desenvolver grade de disciplinas conciliando os conhecimentos indicados na resolução com as diversas especialidades dos novos analistas judiciários convocados.

AÇÕES IMPLEMENTADAS

- * **Análise da Resolução 126/2011 do CNJ (Plano Nacional de Capacitação Judicial - PNCJ).**
- * **Comparação das diretrizes estabelecidas na resolução com os cursos e programas já desenvolvidos pela ESAJ.**
- * **Decisão pela inclusão ou não de curso de seleção como etapa do concurso.**
- * **Definição da grade de cursos do programa.**
- * **Desenvolvimento dos conteúdos e materiais dos cursos.**
- * **Realização das turmas.**

PROGRAMA DE INTEGRAÇÃO FUNCIONAL - PIF

Resolução 04/2000 do Conselho da Magistratura

PROJETO DE TREINAMENTO E DESENVOLVIMENTO
FUNCIONAL, artigo 4º IX:

O treinamento inicial, destinado aos novos servidores em fase de estágio, deverá ser realizado e concluído em um mês em horário integral devendo a frequência funcional do servidor ficar a cargo da ESAJ neste período.

PROGRAMA DE INTEGRAÇÃO FUNCIONAL - PIF

- * **Palestras:** estrutura, direitos e deveres, benefícios, sistema integrado de gestão, sistemas informatizados, gestão de arquivos, entidades e associações (sindicato, ABATERJ, cooperativa de crédito).
- * **Cursos:** processamento, custas, atendimento.

ANÁLISE COMPARATIVA

GRADE REGULAR ESAJ

X

RESOLUÇÃO 126/11 (artigos 10, 11 e 12)

- 
- * **Adequação de carga horária e conteúdos dos cursos da grade;**
 - * **Desenvolvimento dos curso de Sociologia Jurídica (magistrado-instrutor) e Lógica Jurídica (UFF).**

PÚBLICO DEFINIDO NO EDITAL DO CONCURSO PÚBLICO

1. Técnicos de nível médio;
2. Analistas com formação superior em qualquer área,
3. Psicólogos;
4. Assistentes Sociais;
5. Comissários da Infância, da Juventude e do Idoso;
6. Analistas de Execução de Mandados (Oficiais de Justiça);
7. Médicos;
8. Contadores;
9. Analistas de Comunicação Social;
10. Bibliotecários ;
11. Analistas de Sistemas.

CURSOS

1. Programa de Integração Funcional (Núcleo Básico);
2. Programa de Integração Funcional: Área Fim – Jurídica,;
3. Programa de Integração Funcional: Área Meio – Não Jurídica;
4. Programa de Integração Funcional: Analista Judicial na Especialidade de Execução de Mandados;
5. Programa de Integração Funcional: Equipe Técnica;
6. Programa de Integração Funcional: Assistente Social e Psicólogo;
7. Programa de Integração Funcional: Comissário de Justiça;
8. Laudos e Pareceres Psicológicos,
9. Laudos e Pareceres Sociais.

RESULTADOS

- * 333 concluintes;
- * 78 horas de capacitação por participante;
- * Avaliação 1ª Convocação: 89,2% (O+B);
- * Avaliação 2ª Convocação: 89,94% (O+B).